

FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOCENTE: DAS CONFERÊNCIAS AO PNE¹

Maria de Fátima Barbosa Abdalla²

Priscila Barbosa Abdalla³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivos centrais refletir sobre as proposições das Conferências Nacionais de Educação (2008, 2010, 2014), assim como discutir as perspectivas e desafios a serem enfrentados na elaboração e implementação do Plano Nacional de Educação/PNE 2014-2024. Com base no cenário atual, este estudo se justifica, pois pretende desvendar questões a serem enfrentadas na formação e valorização dos professores. Pretende-se, assim, evidenciar, nos documentos analisados, as *perspectivas* e os *desafios* que estão em disputa hoje para a *formação docente* e *valorização profissional*. Parte-se de uma abordagem qualitativa, utilizando-se da análise documental, e destacam-se: perspectivas, desafios e proposições. Dentre as *perspectivas*, os resultados indicam: o fortalecimento e ampliação das licenciaturas; a implantação de políticas de formação continuada e seu financiamento; a resignificação de questões como: plano de carreira, jornada de trabalho, salários dignos, condições de trabalho e qualificação dos trabalhadores; enfim, valorização docente. Quanto aos *desafios*, os resultados apontam para: a articulação a formação inicial e a continuada, assim como a relação da universidade com as escolas básicas; a não fragilização da constituição identitária do profissional docente; o fortalecimento da formação inicial; a revisão das políticas gerencialistas de avaliação, que não investem na educação pública da forma desejada e estabelecem o mérito no desempenho dos professores como modo de ampliar a melhoria de indicadores educacionais. Destacam-se, ainda, algumas *proposições*: 1º há que se lutar por políticas de formação e valorização docente, que garantam uma formação sólida, uma carreira profissional e salários justos; 2º pensar, também, a respeito dos impactos significativos dessas políticas no grau de atratividade da profissão, que provocam a falta de professores e agravam o seu quadro de saúde; e 3º investir nas condições físicas e materiais das escolas públicas, para uma educação pública de qualidade social. Por fim, há necessidade de acompanhamento e monitoramento das ações do PNE, no sentido de exigir o seu cumprimento, especialmente, no que diz respeito ao financiamento da educação básica.

Palavras-chave: Conferências; PNE; Formação de Professores; Valorização Docente.

Introdução

A luta do movimento dos educadores pela formação e valorização docente (ANFOPE, 2016) tem denunciado as dificuldades por que passa a educação, e, em especial, a formação de professores. Diante dessas considerações, este texto tem como objetivos centrais refletir sobre as proposições das Conferências Nacionais de Educação (BRASIL, 2008, 2010, 2014), assim como discutir a respeito das perspectivas e desafios a serem

¹ Este trabalho é um dos produtos do projeto de pesquisa desenvolvido na Universidade Católica de Santos, que trata das políticas de formação de professores, em especial, do PNE e de seus desdobramentos. E, também, faz parte das reflexões desenvolvidas na ANFOPE.

² Doutora em Educação. Universidade Católica de Santos/UNISANTOS e ANFOPE

³ Licenciada em Educação Artística/Educadora Popular



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

enfrentados na formação e valorização dos professores, tendo em vista a elaboração e implementação do Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014).

Algumas questões se colocam: O que é possível apreender das proposições das diferentes Conferências do PNE como perspectivas para o Plano Nacional de Educação a respeito da formação docente e da valorização profissional? Quais os desafios postos pelas metas e estratégias do PNE que tratam da formação e da valorização docente? Com base nessas questões, pretende-se evidenciar, nas Conferências (BRASIL, 2008, 2010, 2014) e no PNE (BRASIL, 2014), aquelas que se referem à *formação docente* e à *valorização profissional*, buscando problematizá-las. É preciso destacar, ainda, que esse processo de negociação de sentidos em torno da *formação* e da *valorização profissional* teve a pressão das entidades nas Conferências Nacionais de Educação na elaboração, pelo menos, de parte do PNE, que se organizou em 20 metas e 254 estratégias.

Foram analisadas, então, a partir de uma abordagem qualitativa e por meio da análise documental, as concepções norteadoras das conferências ocorridas nos diferentes estados e municípios da federação, buscando apreender relações entre as intenções do movimento de lutas dos educadores e as formulações propostas pelo Plano, identificando *perspectivas* e *desafios* conforme seguem.

Das perspectivas formuladas pelos movimentos dos educadores às perspectivas para o PNE

A fim de exemplificar, resumidamente, as intenções da CONEB (2008) e das CONAEs (2010 e 2014) e as perspectivas para o PNE (2014), destacam-se alguns pontos para reflexão:

1º *Fortalecimento e ampliação das licenciaturas e a implantação de políticas de formação continuada de pós-graduação* - como um espaço efetivo de *formação e profissionalização* qualificada (CONEB, 2008, item 5, p. 86; CONAE 2010, item 162, p. 80; CONAE 2014, item 387, p. 74). O PNE (2014-2024), nesta mesma linha, apresenta, em sua **Meta 15**, uma *política nacional de formação dos profissionais da educação*, que garanta uma *formação específica de nível superior*,



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

2º *Financiamento dessa política* - a CONAE 2010 indica que: “é importante garantir investimentos para a *formação inicial e continuada*, graduação e pós-graduação [...]” (item 168, p. 82); e a CONAE 2014 anuncia que se deve: “[...] garantir e ampliar a oferta de programas e ações de incentivo à *mobilidade docente* em cursos de graduação e pós-graduação [...]” (item 387, p. 74). E estes dois aspectos se traduzem na **Meta 16** do PNE, que registra a necessidade de se “formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica [...] e garantir a todos (as) *formação continuada* em sua área de atuação [...]”;

3º *Ressignificação da temática da valorização profissional* - as proposições das Conferências e do próprio PNE (Metas 17 e 18) sintonizam: o *plano de carreira*, a *justa jornada de trabalho*, a *garantia de salários dignos*, as *condições de trabalho* e a *qualificação* dos trabalhadores.

Dos desafios frente às metas prescritas

Diante das metas e estratégias do PNE (BRASIL, 2014), citam-se como principais *desafios*:

1º articular a formação inicial e a continuada, assim como a relação da universidade com as escolas básicas (estratégia 15.8); prever a formação em nível de pós-graduação (estratégia 16.5);

2º rever e enfrentar as *especificidades propostas pelo PNE em relação à formação*, e que são apresentadas em diferentes níveis (Metas 1, 3, 4, 5, 6, 7, 10 e 11) e modalidades (Metas 9 e 10);

3º analisar, com mais profundidade, o reforço que se está dando à valorização da prática e à certificação da experiência, que fragiliza a constituição identitária do profissional docente;

4º discutir a estratégia 18.2, em que os professores iniciantes deverão ser avaliados por aqueles mais experientes; o que pode traduzir não em valorização, mas controle e até demissão de professores;



Secretaria Executiva do FNPE

5º discutir as metas do Plano, que definem o financiamento para a educação e que seguem as políticas gerencialistas de avaliação (a Meta 7, a estratégia 7.36, que estabelece o mérito de desempenho).

Entretanto, o maior dos desafios nos leva a pensar que as estratégias indicadas pelas Metas 15 e 16 são de difícil cumprimento, por conta, especialmente, da introdução da PEC 241 (BRASIL, 2016), que tem o objetivo de congelar os gastos públicos, incluindo aqueles com investimentos em educação.

Considerações Finais

Tal como destaca o Documento-Referência da CONAE 2014, em relação ao PNE, não bastam as perspectivas colocadas pelas disposições legais, mas é necessário manter o compromisso com a formação e valorização docente que queremos. Há, portanto, muitos desafios a serem enfrentados e muitas questões ainda nos inquietam, tais como: é possível o cumprimento dessas 20 metas nos prazos previstos? E a quem cabe resolver? De onde virão as condições financeiras? Haverá vontade política para reverter a situação política vivenciada nos dias de hoje?

Se tomarmos, então, a educação como “direito do cidadão e dever do Estado”, será necessário pensar, ainda, em algumas *proposições* para o enfrentamento dos desafios postos:

- Há que se lutar por políticas de formação e valorização docente que garantam uma formação sólida, carreira profissional, salários justos e trabalho digno; e, neste sentido, rever medidas que vinculem direitos dos trabalhadores da educação aos resultados dos alunos em avaliações externas, como os prêmios e bonificações na progressão nas carreiras profissionais;
- Pensar, também, a respeito dos impactos significativos dessas políticas no grau de atratividade da profissão, que provocam a falta de professores e agravam o seu quadro de saúde;
- Há necessidade de se investir nas condições físicas e materiais das escolas públicas, exigindo um investimento direto na educação pública e com um padrão mínimo de qualidade;



Secretaria Executiva do FNPE

- Há que se debater como os recursos serão utilizados, e em que políticas educacionais serão aplicados: se para a escola pública e seus professores ou serão canalizados para os sistemas de avaliação e parcerias público-privadas?

Por fim, há necessidade de acompanhamento e monitoramento das ações do PNE, como já vêm apontando os educadores, de forma geral, no sentido de exigir o seu cumprimento, especialmente, no que diz respeito ao financiamento da educação básica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANFOPE. Associação Nacional pela Formação dos Profissionais em Educação. *Documento Final*. Políticas de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação: conjuntura nacional, avanços e retrocessos. Goiânia: ANFOPE/PUC-Goiás/EFPH, dez. 2016 (mimeo).

BRASIL. Conferência Nacional de Educação Básica (CONEB 2008). *Documento Final*. Brasília, DF: MEC, 2008.

_____. Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010). Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano nacional de Educação, diretrizes e estratégias. *Documento Final*. Brasília, DF: MEC, 2010.

_____. Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2014). O PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação: participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração. *Documento-Referência*. Fórum Nacional de Educação. Brasília: MEC/SEA, 2013.

_____. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 jun. 2014.

_____. Proposta de Emenda à Constituição/PEC 241. Transformada na Emenda Constitucional 95/2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 de dezembro de 2016, p. 02.



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>